

A LITERATURA DE BEATRIZ BRACHER: PARA FALAR DE “NÃO FALEI”

LUA GILL DA CRUZ¹; JOÃO MANUEL DOS SANTOS CUNHA²

¹Universidade Federal de Pelotas – luagillc@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – jm_sc@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este resumo relata o atual estado da investigação em andamento denominada “A literatura de Beatriz Bracher: para não de *Não falei*”, no âmbito do projeto de pesquisa CNPq-UFPel “Ficção brasileira do século XXI – intertextualidade e interdiscursividade”, coordenado pelo professor João Manuel dos Santos Cunha, vinculado ao Grupo de Pesquisa institucionalizado “Ficção brasileira no século XXI”, do qual a bolsista PIBIC-CNPq 2013-2014 participa.

A investigação tem por objetivo analisar o romance *Não falei* (2004), da escritora Beatriz Bracher, compreendida no conjunto da obra da autora, em perspectiva intertextual e contextualizada histórica, cultural e politicamente. Assim, busca-se compreender não apenas a obra literária em si, mas também um período importante da história brasileira – o da ditadura civil-militar pós-golpe de 1964 -, que ainda hoje repercute decisivamente na formação da sociedade atual, já que o romance, presentificado diegeticamente nos primeiros anos do século XXI, recupera a memória dos tempos do estado de exceção vividos no país a partir da história de um grupo de brasileiros – familiares e amigos – que, marcados pelo autoritarismo e pela repressão, tiveram suas vidas profundamente marcadas, com consequências que afetaram dolorosamente não só suas individualidades ou do grupo familiar, com suas atividades como cidadãos.

2. METODOLOGIA

A metodologia que instrumentaliza a pesquisa é própria dos estudos em literatura comparada que lidam com a análise contrastiva de textualidades vistas em contextualização histórica e cultural, alicerçada pelas teorias da intertextualidade (GENETTE, 1982; SAMOYAULT, 2008), bem como por constructos teóricos de outras áreas do conhecimento, como história, educação e política, textos fundamentais para que se compreenda o contexto histórico em que os fatos narrados no presente da narrativa aconteceram (GASPARI, 2002; GAGNEBIN, 2006).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda que não haja resultados propriamente ditos, já que a pesquisa está em fase inicial de desenvolvimento, cumprida a primeira etapa do projeto – leitura crítica dos textos literários, identificação e leitura de textos teórico-críticos –, já se pode alinhar algumas certezas que suportarão, certamente, a comprovação da hipótese levantada para o equacionamento dos objetivos da pesquisa. A literatura brasileira tem procurado refletir sobre os momentos de convulsão social e política por que passou o país em diversas fases de sua história, não só durante o tempo mesmo do arbítrio, como depois, rememorando os fatos para que eles não sejam esquecidos, mas também em busca do entendimento.

Em 1964, as Forças Armadas, apoiadas por parte da sociedade civil, perpetraram um golpe contra o governo eleito do presidente João Goulart,

instalando um “governo provisório”. O regime militar, no entanto, chegou ao ápice do autoritarismo em 13 de dezembro de 1968, quando entrou em vigência o Ato Institucional nº 5, conhecido como AI-5, que deu poder aos governantes para punir arbitrariamente toda e qualquer pessoa que fosse considerada “inimiga do regime”, os chamados “subversivos”. Neste momento, o estado de exceção passou a controlar efetivamente não só os poderes institucionais, inclusive o judiciário e o legislativo, com consequências devastadoras para a sociedade como um todo, mas atingindo a cidadania, em seu cotidiano privado e em suas relações sociais – inclusive em necessidades básicas, como educação e lazer. O aparelho repressor garantiu o fim da liberdade de imprensa, das manifestações populares, cerceando direitos civis e interferindo em instituições básicas para o desenvolvimento da vida democrática, como na Educação – com expurgos e prisão de docentes, discentes e pesquisadores do sistema educacional – e atividades importantes para a formação cultural dos brasileiros. Manifestações artísticas foram controladas por meio de censura a qualquer tipo de gesto contrário ao regime ou que fosse visto como “de esquerda” ou “comunista”. A ditadura garantiu ainda que grande parte dos pensadores, escritores, artistas em geral, fossem presos à medida que se posicionavam: muitos deles acabaram sendo torturados e mortos. Outros acabaram por se exilar e passaram a ser, então, “a voz da resistência no exterior, chamando a atenção do mundo para o que acontecia no Brasil” (CUNHA, 2012: 133). Ainda assim, não conseguiu impedir completamente que muitos livros fossem publicados na época, pois, como revela Silviano Santiago, se a censura não afetou, em termos quantitativos, a produção literária e dramática, os autores tiveram que se valer de “certos *desvios* formais que acabaram sendo característicos das obras do tempo” (SANTIAGO, 1982: 52). Estratégias no uso da linguagem simbólica – no limite dos recursos metafóricos – possibilitaram aos autores driblar a censura. Vieram cassações, perseguições e banimentos. Enquanto isso, alimentava-se a ideia de um “país que vai pra frente”, montado no sucesso do chamado “milagre econômico” dos anos setenta (GASPARI, 2002).

Quarenta anos depois desse tempo de iniquidades, Beatriz Bracher, escritora brasileira paulista que viveu sua juventude e maturidade durante os “anos de chumbo”, escreve uma história de ficção que tem como contexto histórico as difíceis relações entre os cidadãos brasileiros durante o período da ditadura dos generais. Não é um texto testemunhal, no entanto; não busca reconstituir o passado no tempo presente da ficção, mas, resgatando o clima de sufoco civil e insegurança em que viviam os brasileiros, o que visa é pensar, em chave de invenção literária, sobre como, a partir da célula mínima da sociedade – constituída pela família, os amigos e as pessoas próximas ao núcleo familiar – a imensa maioria da população foi afetada pelo terror que se abateu sobre o país como um todo, bem como sobre as consequências desses fatos – pensadas do micro para o macro social, do individual para o coletivo.

A obra em estudo, *Não falei*, conta, no tempo presente da narrativa, ou seja, os primeiros anos do século XXI – chegando, inclusive, aos primeiros anos do governo Lula –, a história de Gustavo, um professor universitário que está prestes a se mudar de São Paulo para São Carlos e encontra-se em um momento crucial da sua vida: a aposentadoria. A partir das duas grandes mudanças e da aproximação de uma jornalista, Cecília – cujo intuito é o de que ele fale sobre as suas lembranças da ditadura – o personagem rememora toda a sua vida e elabora um panorama não apenas da sua memória como indivíduo, nem mesmo só familiar, mas também da memória coletiva do Brasil dos últimos quarenta anos e,

principalmente, de como o despotismo exercido sob a alegada forma de “revolução anticomunista”, influenciou na formação social do país como um todo.

A partir de um narrador autodiegético, que tende ao fluxo de consciência, e da inserção de outras vozes intertextuais, por meio de uma narrativa não-linear, é que Bracher monta o “quebra-cabeça” articulado pela memória do personagem-narrador. Assim, inevitavelmente, se compõe o painel da vida no país em contexto sócio-cultural, principalmente com relação às esferas da Educação, das Artes, dos movimentos sociais, da resistência ao arbítrio, nos labirintos da clandestinidade ou na dura e difícil construção do cotidiano, velando o sonho da democracia. O que acontece, então, é que a personagem passa também a remontar os caminhos de desconstrução e reconstrução de sua própria identidade, pois, como aponta Umbach (2008:106), baseada em Seligman-Silva “a narração da experiência se vincula à busca da reconstrução da identidade e da subjetividade em discursos pós-ditatoriais, isto é, ao ‘desejo de renascer’ após o trauma”. Nesse movimento, a compreensão do vivido dependerá de como se reconstrói essa identidade a partir não só da memória do próprio narrador, mas da presentificação da lembrança de outros personagens, aqueles que, próximos a ele, na família e no ambiente universitário, por exemplo, viveram os nebulosos tempos de insegurança e do medo. Nesse entrelaçamento de vozes, discursos, imagens, dúvidas e certezas que não se sustentam com a apreensão de imagens esfumaçadas pelo tempo, perpassa o discurso ambíguo da própria linguagem articulada em texto, incapaz de garantir a fidelidade, a verdade, das circunstâncias e dos episódios rememorados. O próprio narrador, ao se apresentar, já problematiza o fato da impossibilidade de recuperação integral dos fatos vividos. Diz ele:

Se fosse possível um pensamento sem palavras ou imagens, inteiro sem tempo ou espaço, por mim criado, uma revelação do que em mim e de mim se esconde e pronto está, se fosse possível que nascesse assim evidente e sem origem aos olhos de todos e então, sem o esforço do meu sopro – tom de voz, ritmo e hesitação, meus olhos -, surgisse como pensamento de cada um, ou ainda, uma coisa, mais que um pensamento, se coisa assim fosse possível existir, eu gostaria de contar uma história (BRACHER, 2004: 7).

Assim, o narrador-personagem diz que “gostaria de contar uma história”, a qual passará pela rememoração em busca das experiências do passado a partir da linguagem, formalizada sem divisão em unidades ou capítulos, como num jorro verbal, para compreender não só o que viveu, mas também como o Brasil se tornou um país em completa “decadência” política, moral e ética e de como esses fatores tiveram consequências negativas para a vida civil, no que tange ao sistema educacional e ao atendimento das necessidades fundamentais ao bem-estar da população. Atravessando esse eixo memorialístico, perpassam questões que marcaram profundamente a vida privada do narrador; eis que ele se utiliza da memória como tentativa de não esquecimento, mas também para fazer uma espécie de exorcismo de fantasmas que o perseguem desde o tempo em que viveu o dia a dia obscuro, no cotidiano da repressão. Uma das obsessões do professor, perpassando o longo da narrativa, é o fato de ter que justificar, permanentemente, que não entregou, não “dedurou” o cunhado, Armando, militante da resistência à ditadura, aos aparelhos repressivos. Como explicita o crítico Carlos Eduardo da Cruz, “[...] há um pensamento obsessivo que percorre toda essa rememoração: a acusação velada

de ter sido ele a denunciar, sob pressão, o paradeiro do cunhado” (CRUZ, 2010:65). Gustavo lida de forma angustiante com a certeza de “não ter falado”, com a veracidade do que conta e com a culpa em relação à morte do cunhado. Narra para se convencer, mas seu discurso se conforma como sendo tão ambíguo quanto são as imagens da memória, desarrumadas pela própria natureza dos duros fatos a serem narrados.

Constatados os fatos literários e históricos acima sucintamente descritos, a discussão objetivada para a investigação conforma-se como ampla e certamente rentável, já que a literatura, ainda que invenção de realidades, é gerada por um sujeito que só existe em contexto social, resultante de relações intersubjetivas como tantas outras que justificam e sustentam a existência humana.

4. CONCLUSÕES

Considerando o que foi relatado aqui, o que se pode perceber é que, mesmo após cinquenta anos do golpe de 1964, ainda se mostra de extrema importância falar sobre os fatos da ditadura: é isso que faz o personagem criado por Beatriz Bracher, aquele que afirma que “não falou”, mas que, agora, no presente do narrado, se vê instado a falar; falar para compreender, narrar para compreender-se. Gustavo é um narrador suspeito, seu discurso, que se constrói por meio de incertezas e ambiguidades, característico das dificuldades de narrar na pós-modernidade, exige atenção dobrada e comprometimento exemplar do leitor (DALCASTAGNÉ, 2001). Cabe a nós, leitores compromissados com o texto, falar também, ainda que de forma “suspeita”, desses fatos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRACHER, Beatriz. **Não falei**. São Paulo: Editora 34, 2004.
- CUNHA, João Manuel dos Santos Cunha. Seis contos da era dos generais. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**. Dossiê nº10. Santa Maria: EDUFMS, setembro de 2012.
- DA CRUZ, Carlos Eduardo. Falando sobre “Não falei”, de Beatriz Bracher. **Solettras**. São Gonçalo: UERJ, 2010, ano X, nº 19, p.60-79.
- DALCASTAGNÉ, Regina. Personagens e narradores do romance contemporâneo no Brasil: incertezas e ambiguidades do discurso. **Diálogos Latinoamericanos**, 2001. p. 114-130. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16200305>. Acesso em: 29 de abril de 2013.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GENETTE, Gérard. **Palimpsestos: a literatura de segunda mão**. Extratos traduzidos do francês (*Palimpsestes: la littérature au second degré*, 1982) por Luciene Guimarães e Maria Antônia Coutinho. Belo Horizonte: PostLit – FALE/UFMG, 2006.
- SAMOYAUULT, Tiphaine. **A intertextualidade**. Trad.: Sandra Nitrini. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- SANTIAGO, Silvano. **Vale quanto pesa**: ensaios sobre questões político-culturais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- UMBACH, Rosani Ketzer. Literatura e história: os discursos da memória. **Fragmentos**. n. 39. Florianópolis: EDUFSC, 2010, p. 105-119.